

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E RODOVIAS
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO

CARGO: TÉCNICO SUPERIOR OPERACIONAL
MEIO AMBIENTE – TIPO B

FRASE: “O sucesso da vida é resultado do esforço e não de um milagre...”
(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)



SUA PROVA

- Além deste caderno de provas, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, o candidato receberá do fiscal de sala:
- Uma **Folha de Respostas** destinada às respostas das questões objetivas; e
- Uma **Folha de Texto Definitivo** destinado à prova discursiva.



TEMPO

- **04h (quatro horas)** é o tempo disponível para a realização das provas, já incluindo o tempo para a marcação na **Folha de Respostas** da prova objetiva e transcrição da prova discursiva na **Folha de Texto Definitivo**.
- O candidato somente poderá se retirar da sala de prova após o decurso de **60min (sessenta minutos)** e só poderá se retirar do local de realização das provas após o decurso de **03h (três horas)** do horário de início das provas e em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de provas.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização das provas;
- lançar meios ilícitos para a realização das provas;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação das provas, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de provas coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a **Folha de Respostas**.
- Identifique na **Folha de Respostas** o **TIPO** de caderno de provas, a não identificação na **Folha de resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição da **Folha de Respostas** e/ou da **Folha de Texto Definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a **Folha de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da **Folha de Respostas** e do **Folha de Texto Definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, na **Folha de Respostas** e na **Folha de Texto Definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova**, a **Folha de Respostas** e a **Folha de Texto Definitivo** ambos devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização das provas, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização das provas e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Provas, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 10.

A Pata da Gazela

- 1 Horácio de Almeida, o nosso leão, voltou a casa à hora do costume, quatro da tarde.
Os sucessivos encontros da Rua do Ouvidor; a conversa no Bernardo; a visita indispensável ao alfaiate; as anedotas do Alcazar na noite antecedente; a crônica anacreônica do Rio de Janeiro, chistosamente comentada; algumas rajadas de maledicência, que é a pimenta social; todas essas ocupações importantes, que absorvem a vida do leão, distraíram Horácio
- 5 a ponto de se esquecer ele do objeto guardado no bolso do paletó.
Como admitir que um príncipe da moda não aproveitasse a aventura do carro, para sobre ela bordar um romance de rua, com que excitasse a curiosidade dos amigos? Realmente é admirável; e seria incompreensível se não fosse a circunstância de ter poucos passos adiante encontrado uma das mais ricas herdeiras do Brasil, a quem o nosso leão arrastava... ia dizer a asa, mas isso seria anacronismo; dizia-se no tempo em que os leões se chamavam galos; hoje deve
- 10 dizer-se arrastar a juba; é mais bonito e indica mais submissão. Arrastar a asa é enfundar-se; arrastar a juba é prostrar-se.
Foi só quando, recostado em sua otomana, descansava para o jantar, que Horácio, procurando a carteira de charutos no bolso do fraque, lembrou-se do objeto. Teve então curiosidade de examiná-lo; sabia o que era; na ocasião de apanhá-lo reconhecera o pé de uma botina de senhora; mas não fizera grande reparo.
Agora, porém, que de novo o tinha diante dos olhos, a sós em seu aposento e despreocupado da ideia de o restituir,
- 15 Horácio achou o objeto digno de séria atenção; e, aproximando-se da janela, começou um exame consciencioso.
Era uma botina, já o sabemos; mas que botina! Um primor de pelica e seda, a concha mimosa de uma pérola, faceira irmã do lindo chapim de ouro da borralheira; em uma palavra a botina desabrochada em flor, sob a inspiração de algum artista ignoto, de algum poeta de ceiró e torquês.
Não era, porém, a perfeição da obra, nem mesmo a excessiva delicadeza da forma, o que seduzia o nosso leão;
- 20 eram sobretudo os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas que tinham deixado na pelica os contornos do pezinho desconhecido. A botina fora servida, e muitas vezes; embora estivesse ainda bem conservada, o desmaio de sua primitiva cor bronzeada e o esfolamento da sola indicavam bastante uso.
Se fosse um calçado em folha, saído da loja, não teria grande valor aos olhos do nosso leão, habituado não só a ver, como a calçar, as obras-primas de Milliès e Campás. Talvez reparando muito naquela peça que tinha nas mãos,
- 25 notasse maior elegância no corte e um apuro escrupuloso na execução; porém, mais natural seria escapar-lhe essa mínima circunstância.
Mas a botina achada já não era um artigo de loja, e sim o traste mimoso de alguma beleza, o gentil companheiro de uma moça formosa, de quem ainda guardava a impressão e o perfume. O rosto estufava mostrando o firme relevo do pezinho arqueado. Na sola se desenhava a curva graciosa da planta sutil, que só nas extremidades beijava o chão, como o silfo que frisa a superfície do lago com a ponta das asas.
- 30 Há um aroma, que só tem uma flor na terra, o aroma da mulher bonita: fragrância voluptuosa que se exala ao mesmo tempo do corpo e da alma; perfume inebriante que penetra no coração como o amor volatilizado. A botina estava impregnada desse aroma delicioso; o delicado tubo de seda, que se elevava como a corola de um lírio, derramava, como a flor, ondas suaves.
- 35 O mancebo colocara longe de si o charuto para não desvanecer com o fumo os bafejos daquele odor suave. Não havia aí o menor laivo de essência artificial preparada pela arte do perfumista; era a pura exalação de uma cútis acetinada, esse hálito de saúde que perspira através da fina e macia tez, e como através das pétalas de uma rosa.
De repente uma ideia perpassou no espírito do moço que o fez estremecer. Essa botina grácil, em que mal caberia sua mão aristocrática, essa botina mais mimosa do que sua luva de pelica, não podia ter um número maior do que o de seus
- 40 anos, vinte e nove!
“Será de uma menina!” murmurou ele um tanto desconsolado.
Examinou novamente a obra-prima, voltou-a de todos os lados, apalpou docemente o salto e o bico, dobrou a orla da haste, sondou o interior da concha, que servira de regaço ao feiticeiro pezinho. Depois de alguns instantes deste exame profundo e minucioso, um sorriso expandiu o semblante de Horácio.
- 45 “É de moça, é de mulher!” murmurou ele. “Aqui estão os sinais evidentes; não podem falhar. A fábula de Édipo é uma verdade eterna: no enigma da esfinge está realmente o mito da vida. O homem é o animal que de manhã anda sobre quatro pés; ao meio-dia sobre dois; à tarde sobre três. Na infância, a criatura, como a planta, conserva-se rasteira, brota, pulula, mas aconchega-se mais ao solo, de que recebe toda a nutrição; as mãos servem-lhe de pés. Depois da juventude, na época da expansão, a criatura se lança para o espaço, exalta-se: é a árvore que hasteia e procura as nuvens; a planta pede ao céu os orvalhos e a luz do sol; a alma pede a crença, a fé, a esperança, de que se geram as flores, que nós chamamos paixões.
- 50

Na velhice, o homem se inclina de novo para a terra, como o tronco carcomido; é o pó, que, depois de revoar no espaço, deposita-se outra vez no chão. Então o velho precisa do bordão; uma das mãos torna-se pé e calça esse coturno da mais triste das tragédias humanas, a decrepitude.”

ALENCAR, José de. A Pata da Gazela. Rio de Janeiro: Ática, 1995.

1. Em: “Horácio de Almeida, o nosso leão, voltou a casa à hora do costume, quatro da tarde.”, a segunda ocorrência é acentuada, e a primeira não. Esse fenômeno acontece porque

- (A) a segunda ocorrência é composta de preposição, que recebe acento grave; a primeira ocorrência é constituída por preposição.
- (B) a segunda ocorrência é composta por preposição, que recebe acento agudo, enquanto a primeira é constituída somente de artigo feminino definido.
- (C) a segunda ocorrência é composta por dois artigos femininos, recebendo acento grave, enquanto a primeira é constituída somente de preposição.
- (D) a segunda ocorrência é composta por preposição e artigo, recebendo acento agudo; a primeira ocorrência é constituída de artigo feminino definido.
- (E) a segunda ocorrência é composta por preposição e artigo feminino definido, recebendo acento grave; enquanto a primeira é constituída somente de preposição.

2. Parafraseando o descrito acima pelo autor, assinale a alternativa que contém a correta interpretação.

- (A) Horácio era um rapaz de muitas posses que encontrou um sapato na rua. Ficou muito nervoso, pois o calçado era muito bonito, então levou-o para casa e pôs-se a examiná-lo. Chegou à conclusão de que o sapato era novo e de criança.
- (B) Horácio era um leão que comprou um sapato de um outro animal, que era o sapateiro, mas, por engano, recebeu apenas um pé, em vez de receber o par. Voltou para sua toca e foi conferir se o sapateiro havia acertado o número. Chegando lá, viu que era muito pequeno para seu tamanho, apesar de bem feito.
- (C) Horácio era um rapaz de muitas posses que encontrou um sapato na rua. Guardou-o no bolso e esqueceu-se do objeto, pois viu uma moça, pela qual tinha interesse, passando. Chegando em casa, pôs-se a examiná-lo. Chegou à conclusão de que era o sapato gasto, cuja dona era uma jovem.
- (D) Horácio era um rapaz pobre que achou um sapato na rua. Ficou muito nervoso com o objeto, então levou-o para casa e pôs-se a examiná-lo. Chegou à conclusão de que era o sapato velho de uma criança devido ao tamanho diminuto e o solado gasto.
- (E) Horácio era um rapaz de poucas posses que encontrou um sapato na rua. Esqueceu-se do objeto no bolso, pois havia encontrado uma moça, pela qual tinha interesse. Chegando em casa, pôs-se a examiná-lo. Chegou à conclusão de que era o sapato novo de uma jovem.

3. “(...) Os sucessivos encontros da Rua do Ouvidor; a conversa no Bernardo; a visita indispensável ao alfaiate; as anedotas do Alcazar na noite antecedente; a crônica anacreônica do Rio de Janeiro, chistosamente comentada; algumas rajadas de maledicência, que é a pimenta social; **todas** essas ocupações importantes, que absorvem a vida do leão, distraíram Horácio a ponto de se esquecer ele do objeto guardado no bolso do paletó”.

A palavra **todas**, como destacado no trecho acima, faz referência, essencialmente, aos termos

- (A) sucessivos, conversa, alfaiate, Alcazar, crônica, maledicência.
- (B) sucessivos, conversa, visita, anedotas, crônica, rajadas.
- (C) sucessivos, conversa, visita, Alcazar, crônica, rajadas.
- (D) encontros, conversa, visita, Alcazar, crônica, maledicência.
- (E) encontros, Bernardo, visita, anedotas, crônica, rajadas.

4. “Examinou novamente a obra-prima, voltou-a de todos os lados, apalpou docemente o salto e o bico, dobrou a orla da haste, sondou o interior da concha”.

A relação presente entre as orações do período destacado acima, corresponde a

- (A) subordinação substantiva.
- (B) coordenação sindética.
- (C) subordinação adjetiva.
- (D) coordenação assindética.
- (E) subordinação adverbial.

5. Determine a alternativa em que se mantém a correção gramatical e a preservação de sentido.

- (A) “Então o velho precisa do bordão, uma das mãos torna-se pé” / Então o ancião precisa do cajado, uma das mãos transfigura-se em pé.
- (B) “De repente uma ideia perpassou no espírito do moço, que o fez estremece” / Repentinamente uma ideia perpassou no espírito do moço, que o fez sorrir.
- (C) “A alma pede a crença, a fé, a esperança, de que se geram as flores” / A alma insta a crença, a fé, a esperança, do que se geram as flores.
- (D) “Embora estivesse ainda bem conservada” / Porquanto estivesse ainda bem conservada.
- (E) “Sondou o interior da concha, que servira de regaço ao feiteiro pezinho” / Sondou o interior da concha, que aconchegaria o perfumado pezinho.

6. Assinale a alternativa que contém período com construção semelhante e mesma classificação da oração destacada.

“(...) Na sola se desenhava a curva graciosa da planta sutil, que só nas extremidades beijava o chão”.

- (A) De repente uma ideia perpassou no espírito do moço que o fez estremecer. - Oração subordinada adjetiva explicativa
- (B) Como admitir que um príncipe da moda não aproveitasse a aventura do carro(...)? - Oração subordinada substantiva objetiva direta
- (C) Eram sobretudo os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas que tinham deixado na pelica os contornos do pezinho desconhecido. - Oração subordinada adjetiva restritiva
- (D) Mas aconchega-se mais ao solo, de que recebe toda a nutrição. - Oração subordinada adjetiva restritiva
- (E) Sondou o interior da concha, que servira de regaço ao feiteiro pezinho. - Oração subordinada adjetiva explicativa

7. “Não era, porém, a perfeição da obra, nem mesmo a excessiva delicadeza da forma, o que seduzia o nosso leão; eram sobretudo os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas que tinham deixado na pelica os contornos do pezinho desconhecido”.

Assinale a alternativa em que se tenha mantido correção gramatical ao se transformar o segmento destacado no período acima. Não leve em conta alterações de sentido.

- (A) Não seria, porém, a perfeição da obra, nem mesmo a excessiva delicadeza da forma, o que seduzira o nosso leão; serão sobretudo os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas que terão deixado na pelica os contornos do pezinho desconhecido.
- (B) Não seria, porém, a perfeição da obra, nem mesmo a excessiva delicadeza da forma, o que seduziria o nosso leão; seriam sobretudo os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas que teriam deixado na pelica os contornos do pezinho desconhecido.
- (C) Não será, porém, a perfeição da obra, nem mesmo a excessiva delicadeza da forma, o que seduzira o nosso leão; serão sobretudo os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas que terão deixado na pelica os contornos do pezinho desconhecido.
- (D) Não fora, porém, a perfeição da obra, nem mesmo a excessiva delicadeza da forma, o que seduzira o nosso leão; foram sobretudo os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas que teve deixado na pelica os contornos do pezinho desconhecido.
- (E) Apesar de não ser, porém, a perfeição da obra, nem mesmo a excessiva delicadeza da forma, o que seduz o nosso leão; é sobretudo os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas que têm deixado na pelica os contornos do pezinho desconhecido.

8. “Na sola se desenhava a curva graciosa da planta sutil”.

No excerto, observa-se a presença de determinada colocação pronominal. Assinale a alternativa que contém o mesmo tipo de classificação e ocorrência.

- (A) “O delicado tubo de seda, que se elevava como a corola de um lírio”.
- (B) “Se fosse um calçado em folha, saído da loja, não teria tanto valor”.
- (C) “Agora, porém, que de novo o tinha diante dos olhos”.
- (D) “Fragrância voluptuosa que se exala ao mesmo tempo do corpo e da alma”.
- (E) “Uma das mãos torna-se pé”.

9. “Foi só quando, recostado em sua otomana, descansava para o jantar, que Horácio, procurando a carteira de charutos no bolso do fraque, lembrou-se do objeto. Teve então curiosidade de examiná-lo; sabia o que era”.

Identifique o termo anteriormente mencionado no texto, o qual faz referência ao pronome em destaque.

- (A) Fraque
- (B) Jantar
- (C) Horácio
- (D) Objeto
- (E) Bolso

10. De acordo com as informações descritas, quanto à utilização da pontuação, analise as alternativas:

- I. “Algumas rajadas de maledicência, que é a pimenta social ...”: possui vírgula para separar uma oração subordinada adjetiva restritiva da oração principal.
- II. Em “... a quem o nosso leão arrastava... ia dizer a asa, mas isso seria anacronismo; dizia-se no tempo em que os leões se chamavam galos ...” possui reticências para expressar hesitação.
- III. A última vírgula presente em “... uma das mãos torna-se pé e calça esse coturno da mais triste das tragédias humanas, a decrepitude.” serve para introduzir uma expressão explicativa.
- IV. As aspas usadas em “É de moça, é de mulher!” murmurou ele” são um recurso válido para substituir hifens.

Após análise, considera-se como corretas

- (A) as afirmativas I, II, III e IV.
- (B) somente as afirmativas I e III.
- (C) somente as afirmativas II e IV.
- (D) somente as afirmativas II e III.
- (E) somente as afirmativas I, II e IV.

11. Flávio foi nomeado para ocupar cargo público estadual, mas não tomou posse no prazo legalmente previsto. Meses depois, ainda no prazo de validade do concurso público, esgotou-se a lista de nomeação dos candidatos subsequentes, daí Flávio, como único não empossado, requereu o reaproveitamento nesse cargo público. Nesse caso, é possível afirmar que

- (A) Flávio não pode ser nomeado pela segunda vez em decorrência desse concurso público, ainda que existam cargos vagos.
- (B) Flávio deve ser reintegrado pela Administração Pública.
- (C) Flávio deve ser reconduzido pela Administração Pública.
- (D) Flávio pode ser nomeado novamente e depois empossado no cargo público.
- (E) Flávio precisa ser novamente nomeado e depois reaproveitado no cargo público.

12. Enquanto estava trabalhando, João de Deus, servidor público estadual, foi comunicado do falecimento do seu companheiro, com quem mantinha união estável há mais de dez anos. Em razão do acontecimento em questão, ele poderá ausentar-se do serviço por

- (A) dois dias consecutivos, no máximo.
- (B) um dia útil.
- (C) dez dias consecutivos.
- (D) cinco dias consecutivos.
- (E) até oito dias consecutivos.

13. Na Previdência dos servidores públicos estaduais, há um benefício destinado aos considerados ativos ou inativos, por dependente econômico. No caso, trata-se do

- (A) vale-leite.
- (B) pecúlio.
- (C) salário-família.
- (D) abono de permanência.
- (E) auxílio-criança.

14. A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro prevê que, na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum. Entretanto, quando ela for omissa, o juiz decidirá o caso, de acordo com

- (A) os princípios de direito, os costumes e a ética.
- (B) os bons costumes, a equidade e a moral coletiva.
- (C) a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- (D) a equidade, os costumes e a ética.
- (E) a moral, os princípios gerais de direito e a analogia.

15. De acordo com a classificação dos bens públicos, uma rodovia estadual administrada pelo Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo, é considerada um

- (A) bem público de uso comum do povo.
- (B) bem difuso.
- (C) bem público dominical.
- (D) bem público autárquico.
- (E) bem público de uso especial.

16. Caso o Estado do Espírito Santo decida realizar uma parceria público-privada, a legislação em vigor prevê que tal ente deverá celebrar

- (A) contrato público de permissão ou de concessão.
- (B) contrato administrativo de permissão ou de concessão.
- (C) contrato de gestão administrativa.
- (D) contrato administrativo de concessão.
- (E) contrato de convênio patrocinado.

17. Acerca das empresas públicas e sociedades de economia mista, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.
- (B) A exploração de atividade econômica pelo Estado não poderá ser exercida por meio de subsidiárias de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
- (C) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- (D) A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão divulgar toda e qualquer forma de remuneração dos administradores.
- (E) Desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

18. Maria das Dores, servidora pública responsável pela fiscalização de contratações na Administração Pública Estadual, causou prejuízo de vários milhões de reais ao erário e foi condenada, judicialmente, pela prática de improbidade administrativa. Nesse caso, é possível que ela seja penalizada com

- (A) cassação dos direitos políticos.
- (B) proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos.
- (C) pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da sua remuneração.
- (D) pagamento de multa civil de até 10 (dez) vezes o valor da sua remuneração.
- (E) suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos.

19. Considerando o regramento das licitações públicas, assinale abaixo dois elementos que são vistos, rotineiramente, em projetos básicos.

- (A) Pareceres de sondagens e certidões de débitos.
- (B) Sondagens e ensaios geotécnicos.
- (C) Notas de empenho e ensaios técnicos.
- (D) Laudo de riscos e mapa de externalidades.
- (E) Matriz de riscos e ensaios de externalidades.

20. No âmbito do controle da Administração Pública, os Tribunais de Contas podem proceder à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à

- (A) legitimidade.
- (B) convencionalidade.
- (C) fragmentariedade.
- (D) plurilateralidade.
- (E) permissividade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Lei Complementar nº 140/2011 considera como atuação supletiva a “ação do ente da Federação que se substitui ao ente federativo originariamente detentor das atribuições, nas hipóteses definidas nesta Lei Complementar”, bem como, a atuação subsidiária como a “ação do ente da Federação que visa a auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo ente federativo originariamente detentor das atribuições definidas nesta Lei Complementar”. Visando, inclusive, garantir o desenvolvimento sustentável, harmonizando e integrando todas as políticas governamentais. Determine a ação administrativa exclusiva dos Estados.

- (A) Aprovar o funcionamento de criadouros da fauna silvestre.
- (B) Aprovar o manejo e a supressão de vegetação, de florestas e formações sucessoras.
- (C) Definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.
- (D) Promover e orientar a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente.
- (E) Exercer o controle ambiental da pesca.

22. A Lei Complementar nº 140/2011 fixa normas para o importante preceito constitucional relativo à cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. No exercício da competência comum a que se refere a referida lei, assinale a afirmativa que não se constitui como um dos objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- (A) Garantir a uniformidade da política ambiental para todo o País, respeitadas as peculiaridades regionais e locais.
- (B) Promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.
- (C) Garantir o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico com a proteção do meio ambiente, observando a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais.
- (D) Harmonizar as políticas e ações administrativas para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente.
- (E) Proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão descentralizada, democrática e eficiente.

23. A Lei nº 12.651/2012 “estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.” Uma das inovações da presente norma é a instituição da área rural consolidada enquanto área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio. Identifique a data relativa a essa ocupação antrópica preexistente.

- (A) 25 de maio de 2012.
- (B) 22 de julho de 2008.
- (C) 04 de setembro de 2008.
- (D) 04 de setembro de 2010.
- (E) 08 de abril de 2012.

24. A Lei de proteção da vegetação nativa (Lei nº 12.651/2012) entende como Área de Preservação Permanente (APP) a “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”. Dentre as variadas situações nas quais as APPs são estabelecidas, indique a altitude, qualquer que seja a vegetação, para serem consideradas como tal.

- (A) Altitude superior a 2.200 (dois mil e duzentos) metros.
- (B) Altitude superior a 1.200 (mil e duzentos) metros.
- (C) Altitude superior a 1.300 (mil e trezentos) metros.
- (D) Altitude superior a 1.500 (mil e quinhentos) metros.
- (E) Altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros.

25. A Política Florestal do Estado do Espírito Santo dispõe que as florestas e demais formas de vegetação natural reconhecidas de utilidade ao homem, no território estadual, são bens de interesse comum a todos. Também, tem por princípio a “Exigência do licenciamento das atividades Florestais efetivas e/ou potencialmente causadoras de significativo impacto ambiental”. Conforme o inciso 2, do artigo 8º, assinale como são consideradas, quando assim declaradas pelo Poder Público, as áreas destinadas a formar faixas de proteção ao longo de rodovias, ferrovias e dutos.

- (A) Especial Interesse Ecológico
- (B) Reserva Legal
- (C) Floresta Pública
- (D) Preservação Ambiental
- (E) Preservação Permanente

26. A Lei do estado do Espírito Santo nº 5.361/1996 tem por princípio promover e incrementar a preservação, conservação, recuperação, ampliação e utilização apropriada das florestas, dentro de um contexto de desenvolvimento sustentado. Dentre seus entendimentos, a vegetação secundária ou em regeneração é dita por “*Vegetação resultante de processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação primária por ações antrópicas mínimos ou causas naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes da vegetação primária*”. Neste âmbito, no tocante ao estágio médio de regeneração, considera-se corretamente que a área basal para indivíduos com Diâmetro a Altura do Peito (DAP) maior ou igual a

- (A) 20 cm, poderá variar de 20 a menor que 25 m²/ha.
- (B) 10 cm, poderá variar de 10 a menor que 18 m²/ha.
- (C) 10 cm, poderá variar de 10 a menor que 25 m²/ha.
- (D) 20 cm, poderá variar de 20 a menor que 35 m²/ha.
- (E) 20 cm, poderá variar de 20 a menor que 30 m²/ha.

27. A Política Estadual de Meio Ambiente (Lei Estadual nº 4.701/1992) reforça o preceito constitucional que “*todos tem direito no meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios, à coletividade e aos cidadãos o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais*”. No tocante a execução, ampliação, reforma ou recuperação de quaisquer infraestruturas de transportes, quer sejam rodoviárias, hidroviárias, ferroviárias, ou aeroviárias, determine a alternativa em que a norma **não** está especificamente descrita no artigo 50 da lei supra citada.

- (A) Deverão ser implantadas de modo a respeitar as características do relevo, assegurando a estabilidade dos taludes de corte e aterro e dos maciços por elas afetados, quer direta ou indiretamente, e garantindo a estabilidade e a integração harmônica com a paisagem das áreas reconstituídas das praças de pedreiras, áreas de empréstimos, caminhos de serviços e biosferas.
- (B) Quando transpuserem corpos de água potencialmente navegáveis, deverão assegurar sua livre navegabilidade.
- (C) Dispor do conveniente sistema de drenagem de águas pluviais, as quais deverão ser lançadas de forma a não provocar erosão.
- (D) Será obrigatório o reflorestamento, preferencialmente com espécies nativas, das faixas de domínio das estradas de rodagem e ferrovias.
- (E) Os projetos contemplarão, obrigatoriamente, traçados que sejam economicamente viáveis e que considerem a possibilidade de explorarem, enquanto atividades turísticas sustentáveis, as áreas de remanescentes de cobertura vegetal significativa.

28. A Lei nº 11.428/2006, dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, considerando como patrimônio nacional as formações florestais nativas e ecossistemas associados à Floresta Ombrófila Densa; à Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; à Floresta Ombrófila Aberta; à Floresta Estacional Semidecidual; e à Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste. Neste âmbito normativo, o órgão federal que estabeleceu em mapa, as respectivas delimitações regulamentadas, foram prescritas pelo

- (A) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
- (B) Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ.
- (C) Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.
- (D) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- (E) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

29. A Política Nacional de Recursos Hídricos, dentre outros, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e baseia-se nos fundamentos: a água é um bem de domínio público; a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; e, a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. Neste interim, considera-se como uma das diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

- (A) a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável.
- (B) a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.
- (C) incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais.
- (D) a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.
- (E) Assegurar, à atual e às futuras gerações, a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.

30. A Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, estabelecidas através da Lei nº 6.938/1981, “*tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana*”. Indique a afirmativa que **não** corresponde a um dos princípios da referida lei ambiental.

- (A) Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo.
- (B) Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar.
- (C) Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas.
- (D) Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais.
- (E) Compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

31. Lei do estado do Espírito Santo nº 7.058/2002 dispõe sobre a fiscalização, infrações e penalidades relativas à proteção ao meio ambiente no âmbito da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente e decreta que “*A fiscalização do cumprimento das disposições legais de proteção ambiental, relativas à competência da SEAMA, será exercida por suas autoridades ambientais, assim consideradas os agentes credenciados pela mesma*.” Determine a afirmativa **não** prevista como infração administrativa, conforme o artigo 7º da referida lei, em que toda ação ou omissão, importe na inobservância das normas ambientais vigentes.

- (A) Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem, ou possam resultar, em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.
- (B) Executar obras ou atividades que provoquem ou possam provocar danos a qualquer corpo d’água.
- (C) Causar poluição de qualquer natureza que resultem ou possam resultar em incômodo ao bem-estar das pessoas.
- (D) Recompôr paisagisticamente o solo, em caso de sua descaracterização por obras ou serviços, mesmo com licença ambiental.
- (E) Conduzir, permitir ou autorizar a condução de veículo automotor em desacordo com os limites e exigências ambientais previstas em lei.

32. A Lei que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente estabelece que “*quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la*.” Neste âmbito, indique uma ação **não** prevista enquanto prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica.

- (A) Contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.
- (B) Manutenção de espaços públicos.
- (C) Contribuição financeira na regularização fundiária de Unidades de Conservação de Proteção Integral.
- (D) Custeio de programas e de projetos ambientais.
- (E) Execução de obras de recuperação de áreas degradadas.

33. A Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, estabelece que dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento, a exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, a qual, dentre suas categorias, é considerado(a) como exceção à prévia autorização e ao pagamento mencionados

- (A) a Área de Proteção Ambiental e a Reserva Particular do Patrimônio Natural.
- (B) o Parque Nacional e a Reserva Biológica.
- (C) o Parque Nacional e a Reserva de Fauna.
- (D) a Reserva Biológica e a Área de Relevante Interesse Ecológico.
- (E) a Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a Reserva Extrativista.

34. A Resolução do CONAMA Nº 428/2010 dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da unidade de conservação (UC), na qual, conforme o artigo 3º da referida normativa, de forma motivada, **não** prevê a decisão relacionada à(ao)

- (A) exigência de estudos complementares, desde que previstos no termo de referência.
- (B) emissão da autorização.
- (C) requerimento de compensação ambiental pelos impactos decorrentes do empreendimento.
- (D) indeferimento da solicitação.
- (E) incompatibilidade da alternativa apresentada para o empreendimento com a UC.

35. O Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SISEUC), regido pela Lei do estado do Espírito Santo nº 9.462/2010, divide-se em dois grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável, constando nesta, como categorias: Área de Proteção Integral (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Neste âmbito, precise as características principais da APA.

- (A) Área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros, endêmicos, vulneráveis ou ameaçados de extinção da biota regional, e tem como objetivo manter, os ecossistemas naturais de importância regional ou local, e regular, o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
- (B) Área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
- (C) Área com cobertura florestal de espécies, predominantemente, nativas, com objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para a exploração sustentável de florestas nativas.
- (D) Área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
- (E) Área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas, e tem por objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

36. Pode-se entender a Microbiologia Ambiental como uma ciência que estuda fisiologia, genética, interações e funções dos microrganismos no ambiente. É de pleno conhecimento que o pesticida ideal é aquele que cumpre seu objetivo e é posteriormente degradado rapidamente, gerando como resíduos elementos comuns no meio ambiente (exemplo: CO₂, água, produtos orgânicos e inorgânicos mais simples). Sob essa ótica, identifique os gêneros de bactérias heterotróficas do solo, aptas a degradar pesticidas.

- (A) Micromonospora, Nocardia e Streptomyces.
- (B) Clostridium, Klebsiella, Rhodotorula e Xanthomonas.
- (C) Alternaria, Aspergillus, Cladosporium e Glomerella.
- (D) Abarema, Chloroleucon, Leucochloron e Zygia.
- (E) Adesmus, Trichonius, Xenofrea e Xylergates.

37. A Lei que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama estabelece que “as autoridades públicas poderão exigir a prestação periódica de qualquer tipo de informação por parte das entidades privadas, mediante sistema específico a ser implementado por todos os órgãos do Sisnama, sobre os impactos ambientais potenciais e efetivos de suas atividades, independentemente da existência ou necessidade de instauração de qualquer processo administrativo.” Especifique o assunto **não** mencionado, no artigo 4º, da Lei nº 10.650/2003, enquanto listagem e relações que deverão ser publicados em Diário Oficial e disponibilizados, no respectivo órgão, em local de fácil acesso ao público.

- (A) Recibos ou comprovantes de pagamento, provenientes de multas ambientais, se ocorrerem.
- (B) Reincidências em infrações ambientais.
- (C) Pedidos e licenças para supressão de vegetação.
- (D) Pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão.
- (E) Autos de infrações e respectivas penalidades impostas pelos órgãos ambientais.

38. A Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/86 estabelece que o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, como estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento, dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental (EIA) e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA), a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA e em caráter supletivo. Especificamente, conforme o artigo 6º, da referida Resolução, identifique a atividade **não** prevista para estudo de impacto ambiental (EIA).

- (A) Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto.
- (B) Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais.
- (C) Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento (os impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados).
- (D) Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes.
- (E) Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

39. O Decreto nº 8.437/2015 estabelece as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União e adota a definição de regularização ambiental como o “conjunto de procedimentos visando a obter o licenciamento ambiental de ferrovias e rodovias federais pavimentadas, por meio da obtenção da licença de operação”. Conforme esse Decreto, define-se a restauração de rodovia pavimentada como um

- (A) conjunto de operações rotineiras, periódicas e de emergência, com o objetivo de preservar as características técnicas e operacionais do sistema rodoviário e suas instalações físicas, para proporcionar conforto e segurança aos usuários.
- (B) conjunto de operações que modificam as características técnicas existentes ou acrescentam características novas à rodovia já pavimentada, nos limites da sua faixa de domínio, para adequar sua capacidade a atuais demandas operacionais, visando a assegurar nível superior de segurança do tráfego por meio de intervenção na sua geometria, sistema de sinalização e de segurança, bem como adequação ou incorporação de elementos nos demais componentes da rodovia.
- (C) conjunto de operações aplicadas à rodovia com pavimento desgastado ou danificado, com o objetivo de restabelecer suas características técnicas originais ou de adaptá-la às condições de tráfego atual e prolongar seu período de vida útil, por meio de intervenções de reforço, reciclagem, reconstrução do pavimento, recuperação, complementação ou substituição dos componentes da rodovia.
- (D) processo sistemático e contínuo de correção, devido a condicionamentos cronológicos ou decorrentes de eventos supervenientes, a que devem ser submetidas as rodovias pavimentadas, para oferecer permanentemente, ao usuário, tráfego econômico, confortável e seguro, por meio das ações de conservação, recuperação e restauração realizadas nos limites das suas faixas de domínio.
- (E) conjunto de operações que resultam no aumento da capacidade do fluxo de tráfego de rodovia pavimentada existente e no aumento da segurança de tráfego de veículos e pedestres, compreendendo a duplicação rodoviária integral ou parcial, a construção de multifaixas e a implantação ou substituição de obras de arte especiais para duplicação.

40. A Resolução do CONAMA nº 237/1997, que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental e adota a definição de licença ambiental como o “ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.” Por sua vez, a Licença Prévia (LP) é “concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação”. Como regido pela Resolução exposta na questão, o prazo máximo de validade da Licença Prévia (LP),

- (A) não pode ser superior a 7 (sete) anos.
- (B) não pode ser superior a 2 (dois) anos.
- (C) não pode ser superior a 3 (três) anos.
- (D) não pode ser superior a 4 (quatro) anos.
- (E) não pode ser superior a 5 (cinco) anos.

41. A geologia ambiental gera conhecimentos sobre a base física onde ocorrem os impactos da implantação e da operação de diferentes empreendimentos. Um exemplo prático realça-se na necessidade das investigações geológicas e geotécnicas, quer visando à classificação dos materiais para a terraplenagem mecanizada, informações que embasem os projetos das fundações de obras e das recomendações construtivas durante as operações de terraplenagem. Conforme o Sistema Unificado de Classificação dos Solos (SUCS), estes ocorrem em três grandes grupos: solos grossos, solos finos e turfas. Neste âmbito, determine a condição para o solo ser considerado do tipo grosso.

- (A) Mais que 45% em peso, dos seus grãos, são retidos na peneira n. 200.
- (B) Mais que 30% em peso, dos seus grãos, são retidos na peneira n. 200.
- (C) Mais que 50% em peso, dos seus grãos, são retidos na peneira n. 200.
- (D) Mais que 40% em peso, dos seus grãos, são retidos na peneira n. 200.
- (E) Mais que 35% em peso, dos seus grãos, são retidos na peneira n. 200.

42. Resolução do CONAMA nº 006/1986 dispõe sobre a aprovação de modelos para publicação de pedidos de licenciamento, em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova os novos modelos para publicação de licenças. No tocante às instruções para disseminação em Diário Oficial Estadual, “A publicação dos pedidos de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão de licença, deverá ser feita no Diário Oficial do Estado ou no da União, obedecendo aos critérios constantes da Portaria nº 11/69, de 30 de junho de 1983, da Diretoria Geral do Departamento de Imprensa Nacional”. O prazo, subsequente à data do requerimento e/ou da concessão da licença, previsto para ser publicada, ocorre em

- (A) até 90 (noventa) dias corridos.
- (B) até 20 (quarenta e cinco) dias corridos.
- (C) até 30 (trinta) dias corridos.
- (D) até 40 (cinquenta) dias corridos.
- (E) até 60 (sessenta) dias corridos.

43. A Resolução do CONAMA nº 009/1987 resolve que a audiência pública, referida na Resolução do mesmo Órgão Federal de nº 001/1986, tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido Relatório de Impacto Ambiental, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito. Considerando, neste âmbito, que a partir da data de recebimento do RIMA, o Órgão de Meio Ambiente fixará em edital e anunciará pela imprensa local, a abertura para realização de audiência pública, ocorrendo no prazo

- (A) máximo de 90 dias.
- (B) mínimo de 30 dias.
- (C) máximo de 30 dias.
- (D) mínimo de 45 dias.
- (E) máximo de 60 dias.

44. Geralmente pode-se atrelar a química ambiental ao estudo das influências das reações químicas para o meio ambiente. Em geral, os óleos são classificados como não persistentes: tendem a desaparecer rapidamente da superfície (gasolina, nafta, querosene e óleos leves) e persistentes: dissipam mais vagarosamente (óleos crus). Portanto, produtos refinados como gasolina, diesel, óleos lubrificantes, querosene, óleo combustível, contém os mesmos compostos que o petróleo, mas com um intervalo de pontos de ebulição mais restrito. Especifique, respectivamente, a gravidade específica (15 C) do óleo cru, da gasolina e do querosene.

- (A) 0,8 a 0,95 / 0,65 a 0,75 / 0,8
- (B) 0,55 a 0,65 / 0,7 a 0,8 / 0,7
- (C) 0,55 a 0,85 / 0,6 a 0,85 / 0,6
- (D) 0,65 a 0,75 / 0,8 a 0,85 / 0,7
- (E) 0,75 a 0,85 / 0,8 a 0,9 / 0,6

45. Sabe-se que o termo *Global Navigation Satellite System* (GNSS) contempla sistemas de navegação globais e está associado a diferentes infraestruturas espaciais como o *Satellite Based Augmentation System* (SBAS) e terrestre, como o *Ground Based Augmentation System* (GBAS), visando maior precisão e confiabilidade nos dados posicionais. Indique a alternativa que apresenta um exemplo relacionado ao SBAS.

- (A) Galileu
- (B) NAVSTAR-GPS (*NAVigation System with Timing And Ranging – Global Positioning System*)
- (C) Compass/Beidou (*China’s Compass Navigation Satellite System – CNSS*)
- (D) GLONASS (*Globalnaya Navigatsionnaya Sputnikovaya Sistema*)
- (E) EGNOS (*European Geostationary Navigation Overlay System*)

46. Assinale corretamente, dentre as alternativas a seguir, a que apresenta um objetivo da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e classifica, os de tipo rodoviário, como resíduos de serviços de transportes.

- (A) Reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda, e promotor de cidadania.
- (B) Adoção do princípio do poluidor-pagador.
- (C) Direito da sociedade à informação e ao controle social.
- (D) Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.
- (E) Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

47. O Índice de Qualidade das Águas (IQA) foi desenvolvido para avaliar a qualidade da água bruta, visando seu uso para o abastecimento público, após tratamento. Os critérios utilizados no cálculo do IQA são em sua maioria indicadores de contaminação, causada pelo lançamento de esgotos domésticos. É composto por nove parâmetros fixados em função da sua importância para a conformação global da qualidade da água (oxigênio dissolvido, coliformes termotolerantes, pH, DBO, temperatura, nitrogênio, fósforos e resíduo totais e turbidez), porém, não analisa aspectos importantes como substâncias tóxicas, protozoários patogênicos e substâncias que interferem nas propriedades organolépticas da água. Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), o referido índice, que avalia a qualitativamente a água, como boa para o estado do Espírito Santo, ocorre na faixa de

- (A) 52 a 79.
- (B) 80 a 89.
- (C) 71 a 90.
- (D) 65 a 80.
- (E) 65 a 84.

48. Pode-se entender como qualidade do solo a sua capacidade de funcionamento dentro de um ecossistema, efetivando a produtividade, mantendo sua qualidade e promovendo a saúde tanto microbiológica como animal e vegetal. A Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 420/2009, dentre outros, “estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas”. Segundo o artigo 34, “os responsáveis pela contaminação da área devem submeter ao órgão ambiental competente proposta para a ação de intervenção a ser executada sob sua responsabilidade”. Especificamente, sob esta ótica normativa, assinale a ação **não** prevista enquanto alternativa de intervenção para reabilitação de áreas contaminadas, de forma não excludente.

- (A) Monitoramento.
- (B) Eliminação de perigo ou redução a níveis toleráveis dos riscos à segurança pública, à saúde humana e ao meio ambiente.
- (C) Identificação da área com dados relativos à toponímia e georreferenciamento, características hidrogeológicas, hidrológicas e fisiografia.
- (D) Zoneamento e restrição do uso e ocupação do solo bem como das águas superficiais e subterrâneas.
- (E) Aplicação de técnicas de remediação.

49. A Carta Magna Brasileira estabelece, em seu artigo 225, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Neste âmbito, a correta redação do inciso I, considerando a incumbência do Poder Público para assegurar a efetividade desse direito, consiste em

- (A) preservar e restaurar os processos ambientais essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e Unidades de Conservação da Natureza.
- (B) preservar e restaurar os processos ambientais essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e biomas.
- (C) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- (D) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e Florestas Públicas.
- (E) preservar e restaurar os processos ambientais essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e Terras Indígenas.

50. Os ciclos biogeoquímicos são processos naturais que renovam a matéria e os elementos químicos. Oriundos de diversas transformações físicas e/ou químicas, esses permeiam em ambientes bióticos e abióticos. O fósforo (P) é um elemento essencial e está presente em diversos processos bioquímicos e estruturais dos seres vivos. Ciente de que o principal reservatório de fósforo são as rochas, indique o mineral, o qual pertencem os fosfatos.

- (A) Apatita
- (B) Magnetita
- (C) Pirolusita
- (D) Limonita
- (E) Siderita

51. O Decreto do estado do Espírito Santo (nº 4.039-R/2016) atualiza as disposições sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente – SILCAP e estabelece que “a participação pública no processo de licenciamento ambiental tem caráter informativo e consultivo, servindo de subsídio para tomada de decisão do órgão ambiental”. Com base no artigo 44 do referido decreto, determine a forma de participação pública, que **não** está alinhada ao processo de licenciamento ambiental.

- (A) Audiência Pública
- (B) Consulta Técnica
- (C) Consulta Pública
- (D) Reunião Pública
- (E) Reunião Técnica

52. Através da regulamentação dos procedimentos administrativos e dos critérios técnicos para o licenciamento ambiental de estradas, rodovias e obras afins, a Instrução Normativa 13-N/2021/INEMA estabelece que árvore nativa isolada são exemplares arbóreos de espécies nativas, desconectadas de fragmentos florestais, localizados fora de fisionomias legalmente protegidas pela Lei da Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006), que apresentam diâmetro à altura do peito (DAP)

- (A) igual ou superior a 10 cm.
- (B) igual ou superior a 30 cm.
- (C) igual ou superior a 25 cm.
- (D) igual ou superior a 20 cm.
- (E) igual ou superior a 15 cm.

53. O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídrico (IEMA), no tocante ao licenciamento ambiental de estradas e rodovias, estabelece o entendimento, o qual as unidades de apoio são os locais em que são desenvolvidas atividades de apoio à atividade principal, divididas definitivas e provisórias. Também, estabelece que “*ficam sujeitas ao licenciamento ambiental por procedimento simplificado as atividades de manutenção, melhoramento e pavimentação que demandem supressão de vegetação nativa, restrita ao estágio inicial de regeneração, e/ou corte de árvores isoladas, nativas e/ou exóticas*”. Considerando as instruções específicas da IN/IEMA nº 13-N/2021, assinale o limite territorial que pode ser utilizado enquanto unidades de apoio provisórias, que poderão ser contempladas na mesma licença por adesão e compromisso (LAC) da atividade fim a ser licenciada, salvo quando localizada em área urbana consolidada

- (A) 50m (cinquenta metros) do eixo central da estrada/rodovia.
- (B) 500m (quinhentos metros) do eixo central da estrada/rodovia.
- (C) 300m (trezentos metros) do eixo central da estrada/rodovia.
- (D) 200m (duzentos metros) do eixo central da estrada/rodovia.
- (E) 100m (cem metros) do eixo central da estrada/rodovia.

54. No processo de licenciamento ambiental, geralmente, a “*Licença de Operação (LO) é um ato administrativo que autoriza o funcionamento da atividade, expedido com base nos seguintes quesitos de: Aprovação do projeto em vistoria; Teste de pré-operação; Verificação de dimensionamento e eficiência dos sistemas de controle ambiental e das medidas de mitigação implantadas; e, Verificação do cumprimento das condicionantes determinadas em etapas anteriores.*” Conforme o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), a LO aplica-se a atividades que não sejam enquadradas na classe simplificada, conforme normas legais e seu prazo de validade é de

- (A) no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, de 6 (seis) anos.
- (B) no mínimo, 2 (dois) anos e, no máximo, de 4 (quatro) anos.
- (C) no mínimo, 3 (três) anos e, no máximo, de 4 (quatro) anos.
- (D) no mínimo, 3 (três) anos e, no máximo, de 5 (cinco) anos.
- (E) no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, de 5 (cinco) anos.

55. Pode-se entender a compensação ambiental como um instrumento financeiro que contrabalanceia possíveis impactos ambientais derivados de intervenções no meio ambiente. O artigo 36, da Lei nº 9.985/2000, juntamente aos atos complementares respectivos, estabelece que nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, o percentual de compensação será fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau em que o ambiente é afetado pelo empreendimento. Especificamente sob esse aspecto, o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, não pode ser inferior a

- (A) dois e meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.
- (B) meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.
- (C) um por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.
- (D) um e meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.
- (E) dois por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.

56. Determine a hipótese que **não** está contemplada no artigo 7º da Lei nº 10.782/2017, no tocante ao DER-ES poder autorizar o uso da faixa de domínio para empreendimentos, obras e serviços de empresa pública ou privada, concessionária, cessionária, permissionária ou autorizada, bem como pelo particular individualmente.

- (A) Para a instalação de barracas, quiosques, reboques ou similares.
- (B) Para o uso de faixa transversal ou longitudinal ou de área para a instalação de linha ou rede de transmissão ou distribuição de energia elétrica ou de comunicação.
- (C) Visando ao acesso a empreendimentos comerciais, industriais e/ou outros instalados em terrenos adjacentes à faixa de domínio.
- (D) Para projetos de reflorestamento com fins particulares.
- (E) Para a instalação de dispositivo visual (anúncios) por qualquer meio físico.

57. A Lei do estado do Espírito Santo nº 10.872, de 14 de dezembro de 2017, dispõe sobre o ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias estaduais, considera que “faixa de domínio é a base física sobre a qual assenta uma rodovia, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras de arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, até o alinhamento das cercas que separam a estrada dos imóveis marginais ou da faixa do recuo”. Neste contexto, a faixa de domínio mínima do eixo da rodovia, a partir do término do acostamento nos trechos planos ou da crista de corte e pé dos aterros, abrange

- (A) 02 (dois) metros para cada lado.
- (B) 12 (doze) metros para cada lado.
- (C) 10 (dez) metros para cada lado.
- (D) 05 (cinco) metros para cada lado.
- (E) 03 (três) metros para cada lado.

58. A Lei do estado do Espírito Santo, nº 10.782, de 14 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias estaduais do Estado do Espírito Santo, estipula, dentre outros, que o uso da faixa de domínio sem autorização prévia do DER-ES sujeitará ao infrator a penalidade de multa. Especificamente, considerando as disposições decorrentes deste marco legal e as especificidades dimensionais envolvidas, o acréscimo da multa, no caso da utilização da faixa de domínio por lixões consistem em

- (A) 50% (cinquenta por cento) do valor.
- (B) 200% (duzentos por cento) do valor.
- (C) 100% (cem por cento) do valor.
- (D) 150% (cem e cinquenta por cento) do valor.
- (E) 75% (setenta e cinco por cento) do valor.

59. A recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) consideradas de interesse social devem observar as metodologias dispostas na Resolução do CONAMA nº 429/2011 e podem seguir os seguintes métodos: condução da regeneração natural de espécies nativas; plantio de espécies nativas; e plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas. Sob esta ótica normativa, indique o requisito e/ou procedimento **não** previsto no artigo 4º, da referida resolução.

- (A) Proteção, quando necessário, das espécies nativas mediante isolamento ou cercamento da área a ser recuperada, em casos especiais e tecnicamente justificados.
- (B) Adoção de medidas de controle e erradicação de espécies vegetais exóticas invasoras, de modo a não comprometer a área em recuperação.
- (C) Adoção de medidas de controle da erosão, quando necessário.
- (D) Adoção de medidas de controle por monitoramento remoto.
- (E) Adoção de medidas para conservação e atração de animais nativos dispersores de sementes.

60. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) tem por finalidade estabelecer diretrizes, normas, padrões e políticas governamentais para o meio ambiente. Segundo o artigo 7º, da Resolução nº 429/2011, do referido órgão ambiental, determine a estrutura e/ou função ambiental **não** obrigatória nos processos de recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP).

- (A) Estabilidade dos atributos paisagísticos da formação florestal.
- (B) Manutenção da vegetação nativa.
- (C) Manutenção da qualidade das águas.
- (D) Manutenção dos corredores de flora e fauna.
- (E) Estabilidade das encostas e margens dos corpos de água.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. A resposta deverá conter a extensão mínima de **05 (cinco)** e máxima de **10 (dez)** linhas para o texto.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **10 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada com material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A folha de texto definitivo será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.

QUESTÃO 1

O Decreto do estado do Espírito Santo nº 4039-R, de 07 de dezembro de 2016, “atualiza as disposições sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente – SILCAP.” Neste interim, com aplicação obrigatória no Estado do Espírito Santo, discorra sobre as especificidades da Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC).

QUESTÃO 2

No âmbito do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Espírito Santo – DER-ES, a norma “Fiscalização Ambiental de Obras e Serviços de Engenharia e Atendimento de Condicionantes Ambientais” estabelece orientações, cuidados e procedimentos ambientais a serem observados na execução dos serviços de Supervisão Ambiental de obras e serviços sob gestão do órgão, visando evitar e/ou minimizar impactos inerentes a estas obras e serviços sobre o meio ambiente. Neste âmbito, discorra sobre o conjunto mínimo de aspectos técnicos e de procedimentos de controle ambiental a serem analisados na fiscalização ambiental.

RASCUNHO**QUESTÃO 1**

1	
5	
10	

QUESTÃO 2

1	
5	
10	